

# FICHA DOUTRINÁRIA

Diploma: Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

Artigo/Verba: Art.2º - Incidência subjectiva.

Assunto: Regra de inversão - aquisição de serviços de construção civil - ajudas de custo

Processo: 26643, com despacho de 2024-09-27, do Diretor de Serviços da DSIVA, por

subdelegação

Conteúdo: 1. A Requerente está enquadrada, para efeitos de IVA, no regime normal de

periodicidade trimestral, desde 2010.07.16, tendo iniciado a atividade na mesma data. Está, ainda, registada como prosseguindo, a título principal, a atividade de "Instalação Elétrica" - CAE 43210, tendo declarado praticar, exclusivamente, operações que

conferem direito à dedução.

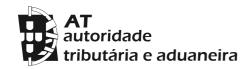
2. A Requerente quando efetua serviços a mais de 50km da sua sede e os seus funcionários necessitam de pernoitar fora da sua área de residência, atribuí ajudas de custo para compensar os funcionários pelos gastos de alimentação e estadia.

- 3. Nas faturas emitidas discrimina a componente das "ajudas de custo" pagas aos seus funcionários por conta das subempreitadas executadas, de forma a cumprir com o n.º 9 do artigo 88.º do Código do IRC (CIRC), em que, para não pagar tributações autónomas, tem de se faturar essas ajudas de custo ao cliente.
- 4. Refere, ainda, que na prestação de serviços de Instalações elétricas a outras empresas aplica a regra de inversão do sujeito passivo, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 2.º do Código do IVA (CIVA), ao valor global da operação.
- 5. Nestes termos, vem a Requerente solicitar esclarecimento sobre como faturar essas ajudas de custo:
- Emite uma fatura com uma linha para os serviços prestados de "Instalações Elétricas", na obra X, no período de X a X, onde é aplicada a regra de inversão do sujeito passivo, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 2.º do CIVA, e outra linha com as ajudas de custo com a mesma regra de inversão do sujeito passivo, ao abrigo da alínea j) do nº 1 do artigo 2.º do CIVA, ao valor global da operação; ou
- Emite uma fatura com uma linha para os serviços prestados de "Instalações Elétricas", na obra X, no período de X a X, onde é aplicada a regra de inversão do sujeito passivo, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 2.º do CIVA, e outra linha com as ajudas de custo com IVA à taxa normal.

#### Enquadramento em sede de IVA

- 6. De harmonia com a alínea j) do n.º 1 do artigo 2.º do Código do IVA (CIVA), são sujeitos passivos de imposto: "As pessoas singulares ou coletivas referidas na alínea a) que disponham de sede, estabelecimento estável ou domicílio em território nacional e que pratiquem operações que confiram o direito à dedução total ou parcial do imposto, quando sejam adquirentes de serviços de construção civil, incluindo a remodelação, reparação, manutenção, conservação e demolição de bens imóveis, em regime de empreitada ou subempreitada".
- 7. Assim, a referida regra de inversão do sujeito passivo aplica-se quando,

Processo: 26643



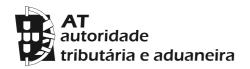
## INFORMAÇÃO VINCULATIVA

cumulativamente, se verifiquem as seguintes condições:

- i) Se esteja na presença de aquisição de serviços de construção civil (englobando todo o conjunto de atos necessários à concretização de uma obra, independentemente do fornecedor ser ou não obrigado a possuir alvará ou título de registo nos termos da Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, que estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção (revogando o Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro e Portaria n.º 19/2004, de 10 de janeiro);
- ii) O adquirente ser sujeito passivo de IVA, em território nacional e, aqui pratique operações que confiram, total ou parcialmente, o direito à dedução do IVA.
- 8. Sempre que determinada operação reúna as condições cumulativas referidas supra, é obrigatório observar o disposto alínea j) do n.º 1 do artigo 2.º do CIVA (inversão do sujeito passivo), pelo que, cabe ao adquirente a liquidação e entrega do imposto que se mostre devido, devendo a fatura emitida pelo prestador do(s) serviço(s), nos termos do n.º 13 do artigo 36.º do CIVA, conter a expressão IVA autoliquidação.
- 9. No sentido de um melhor esclarecimento sobre a aplicação da alínea j) do n.º 1 do artigo 2.º do CIVA, foi emitido o ofício circulado n.º 30101/2007, de 24 de maio, da Direção de Serviços do IVA (DSIVA), que se fez acompanhar, fazendo parte integrante deste, dos seguintes documentos: ANEXO I, com lista exemplificativa (não exaustiva) de serviços aos quais se aplica a regra de inversão; ANEXO II, com lista de serviços aos quais não se aplica a regra de inversão.
- 10. Ou seja, só há lugar à regra de inversão quando o adquirente é um sujeito passivo sediado em Portugal, ou que aqui tenha estabelecimento estável ou domicílio e que pratique operações que conferem total ou parcialmente o direito à dedução.
- 11. No caso concreto, estão reunidos os requisitos para a aplicação da referida regra de inversão, pelo que o IVA é devido pelo adquirente, devendo ser liquidado na própria fatura recebida do prestador ou, em caso de não recebimento da fatura e, subsistindo a obrigação de autoliquidação, deve esta processar-se em documento interno, enunciando o n.º 8 do artigo 19.º do CIVA que: "Nos casos em que a obrigação de liquidação e pagamento do imposto compete ao adquirente dos bens e serviços, apenas confere direito a dedução o imposto que for liquidado por força dessa obrigação".
- 12. Não obstante, refere a Requerente que, uma vez que efetua serviços a mais de 50km da sua sede e os seus funcionários necessitam de pernoitar fora da sua área de residência, atribui ajudas de custo para compensar os funcionários pelos gastos de alimentação e estadia.
- 13. Este custo é descriminado, de forma a cumprir com o n.º 9 do artigo 88.º do CIRC, em que, para não pagar tributações autónomas, tem de se faturar essas ajudas de custo ao cliente.
- 14. Desta forma, importa determinar se estas despesas de deslocação e alojamento pagos aos funcionários da Requerente, devidamente faturadas ao cliente, estão ou não abrangidas pela regra de inversão.
- 15. Dispõe o ponto 1.4 do ofício-circulado n.º 30101/2007:

"Sempre que, no âmbito de uma obra, o prestador factura serviços de construção propriamente dita ou quaisquer outros com ela relacionados e necessários à sua realização, (v.g. aluguer ou colocação de andaimes, aluguer de gruas e de outros bens, serviços de limpeza, sinalização, fiscalização, remoção de entulhos, serviços de projectistas ou de arquitectura, etc), bem como materiais ou outros bens, entende-se que o valor global de factura, independentemente de haver ou não discriminação dos

Processo: 26643



## INFORMAÇÃO VINCULATIVA

3

vários itens e da facturação ser conjunta ou separada, é abrangido pela regra de inversão de sujeito passivo.

Contudo, a facturação de serviços, ao prestador dos serviços de construção, tais como os indicados e que isoladamente não relevam do conceito de serviços de construção (v.g. aluguer ou colocação de andaimes, aluguer de gruas e de outros bens, serviços de limpeza, sinalização, fiscalização, remoção de entulhos, serviços de projectistas ou de arquitectura, etc) ou de meros fornecimento de materiais ou de outros bens, não é abrangida pelas normas de inversão, cabendo ao prestador dos referidos serviços ou ao transmitente dos bens a normal liquidação do IVA que se mostre devido".

- 16. No caso concreto, estão em causa despesas suportadas pela Requerente absolutamente necessárias à execução da obra, fazendo parte do valor tributável da operação.
- 17. Nestes termos, fazendo estas despesas parte do valor tributável, ao abrigo da doutrina administrativa consagrada no primeiro parágrafo do referido ponto 1.4 do ofício-circulado, considera-se que, ainda que aquelas estejam discriminadas na fatura, é aplicada a regra de inversão do sujeito passivo ao valor global da empreitada.
- 18. No que toca aos elementos que devem contar das faturas, importa realçar o disposto n.º 5 do artigo 36.º do CIVA:
- "5 As faturas devem ser datadas, numeradas sequencialmente e conter os seguintes elementos:
- a) Os nomes, firmas ou denominações sociais e a sede ou domicílio do fornecedor de bens ou prestador de serviços e do destinatário ou adquirente sujeito passivo do imposto, bem como os correspondentes números de identificação fiscal;
- b) A quantidade e denominação usual dos bens transmitidos ou dos serviços prestados, com especificação dos elementos necessários à determinação da taxa aplicável; as embalagens não efectivamente transaccionadas devem ser objecto de indicação separada e com menção expressa de que foi acordada a sua devolução;
- c) O preço, líquido de imposto, e os outros elementos incluídos no valor tributável;
- d) As taxas aplicáveis e o montante de imposto devido;
- e) O motivo justificativo da não aplicação do imposto, se for caso disso;
- f) A data em que os bens foram colocados à disposição do adquirente, em que os serviços foram realizados ou em que foram efectuados pagamentos anteriores à realização das operações, se essa data não coincidir com a da emissão da factura. No caso de a operação ou operações às quais se reporta a factura compreenderem bens ou serviços sujeitos a taxas diferentes de imposto, os elementos mencionados nas alíneas b), c) e d) devem ser indicados separadamente, segundo a taxa aplicável".

#### Conclusão:

19. O débito das despesas de deslocação e alojamento efetuadas pela Requerente tendo em vista a prestação de serviços de "Instalações elétricas", encontra-se abrangido pela regra de inversão do sujeito passivo prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 2.º do CIVA, sejam aquelas discriminadas na fatura emitida ao seu cliente, ou não.

Processo: 26643